

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA COM GARANTIA ADICIONAL  
FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CONCESSIONÁRIA DO  
RODOANEL OESTE S.A.**

**ENTRE**

**CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**E**

**INTERVENIENTES GARANTIDORES**

**25 DE SETEMBRO DE 2009**

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado

**CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado Ulhôa Rodrigues, nº 690, 1º andar, Sala 11, Condomínio Empresarial Business Center Tamboré, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.387.725/0001-59, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora" ou "Rodoanel");

e, de outro lado

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 - 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário") e em representação da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os "Debenturistas");

e como Intervenientes Garantidores,

**COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CCR");

**ENCALSO CONTRUÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.333.769/0001-13, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Encalso");

**ANWAR DAMHA**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão total de bens, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.276.611 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 013.509.198-52, residente e domiciliado na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("ANWAR"), por sua procuradora Maria Márcia Eugênio Damha, conforme abaixo qualificada;

**MARIA MARCIA EUGÊNIO DAMHA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, professora, portadora da cédula de identidade RG nº 2.932.574-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 265.857.438-06, domiciliada na Praça

Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, Centro, CEP 01076-900, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("MARCIA");

**ALBERTO BAGDADE**, brasileiro, solteiro, maior, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.930.740 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 591.489.778-53, residente e domiciliado na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("ALBERTO");

**MÁRIO MÚCIO EUGÊNIO DAMHA**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 6.498.374 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 121.006.708-08, domiciliado na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("MARIO");

**MARCO AURÉLIO EUGÊNIO DAMHA**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.392.361-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 261.433.458-80, domiciliado na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("MARCO");

**MARIA BEATRIZ EUGÊNIO DAMHA AJIMASTO**, brasileira, casada sob o regime de separação de bens, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 16.257.827 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 097.550.428-22, domiciliada na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("BEATRIZ");

**MARIA MÔNICA DAMHA ATHIA**, brasileira, casada sob o regime de separação de bens, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 16.257.828 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 158.811.398-10, domiciliada na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("MÔNICA");  
e

**MARIA STELLA EUGÊNIO DAMHA**, brasileira, solteira, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 19.919.642-4, inscrita no CPF/MF nº 195.123.628-99, domiciliada na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("STELLA" e, em conjunto com ANWAR, MARCIA, ALBERTO, MARIO, MARCO, BEATRIZ, e MÔNICA, os "Acionistas da Encalso" que, juntamente com a CCR e a Encalso, os "Intervenientes Garantidores").

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO**

1.1 A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora (a "RCA da Emissora") e na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora (a "AGE da Emissora"), ambas realizadas em 15 de setembro de 2009. A prestação de fiança pela CCR foi deliberada pela Reunião do Conselho de Administração da CCR realizada em 15 de setembro de 2009 (a "RCA da CCR"). A prestação de fiança da Encalso é permitida nos termos de seu contrato social, sem necessidade de qualquer formalidade de aprovação.

## **CLÁUSULA II REQUISITOS**

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 (a "Instrução CVM 476"), (respectivamente a "Emissão" e as "Debêntures"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Registro na CVM**

2.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM previamente a sua distribuição.

### **2.2. Arquivamento e Publicação das Atas de Aprovações Societárias**

2.2.1 As atas da RCA da Emissora e da AGE da Emissora foram registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 21 de setembro de 2009, sob os nºs 364.602/09-0 e 364.603/09-4, respectivamente, e foram publicadas em 23 de setembro de 2009 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia", nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "Lei das Sociedades por Ações"). A ata da Reunião da CCR também foi registrada na JUCESP em 21 de setembro de 2009, sob o nº 364.624/09-7 e foi publicada em 23 de setembro de 2009 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico".

### **2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP**

2.3.1 Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.4. Registro para Colocação e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado

e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) negociação, observado o disposto em 2.4.2. abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definido abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

### **CLÁUSULA III PÚBLICO ALVO**

3.1 As Debêntures serão destinadas à subscrição e posterior cessão ou transferência única e exclusiva por empresas que façam parte do grupo econômico do Bradesco, que compreende, para fins desta Escritura, além do próprio Banco Bradesco S.A., todas as suas controladas e coligadas ou sociedade de controle comum, além dos fundos de investimento administrados por tais empresas ("Grupo Bradesco"), observada eventual possibilidade de aquisição das Debêntures pela CCR ou Encalço por conta do exercício do Mecanismo de Saída I e/ou do Mecanismo de Saída II, conforme definidos e previstos nas Cláusulas 9.1.1 e 9.4, respectivamente, desta Escritura.

3.1.1 A CETIP não será responsável por controlar se a subscrição, cessão ou transferência das Debêntures será feita por e entre empresas do Grupo Bradesco, uma vez que não é possível restringir, tanto por meio do SDT quanto do SND, a distribuição e a negociação das Debêntures, única e exclusivamente, entre empresas que façam parte do Grupo Bradesco.

### **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **4.1 Objeto Social da Emissora**

4.1.1. De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora é realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, abrangendo os Municípios de Embu, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Santana do Parnaíba e São Paulo, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (km 24 da Estrada Velha de Campinas – SP-322) e terminando na altura do km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluído dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessão Rodoviárias compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos

serviços delegados; (ii) o apoio na execução dos serviços não delegados; (iii) a gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão celebrado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em decorrência da Concorrência Pública Internacional nº 001/2008, relativa ao denominado Lote 24 do Programa de Concessão ("Concessão").

#### **4.2 Número da Emissão**

4.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

#### **4.3 Valor total da Emissão**

4.3.1. O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

#### **4.4 Valor Nominal Unitário**

4.4.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão.

#### **4.5 Quantidade de Debêntures e Número de Séries**

4.5.1 A Emissão será realizada em duas séries, sendo que será emitida 1 (uma) Debênture na 1ª série ("Debênture da 1ª Série") e 19 (dezenove) Debêntures na 2ª Série ("Debêntures da 2ª Série").

#### **4.6 Forma**

4.6.1 As Debêntures terão a forma escritural e nominativa, sem emissão de cautelas e certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, conforme definido abaixo. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando estes títulos estiverem depositados no SND.

#### **4.7 Conversibilidade e Tipo**

4.7.1. As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações.

#### **4.8 Espécie**

4.8.1 As Debêntures serão da espécie subordinada.

#### **4.9 Data de Emissão**

4.9.1. Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será o dia 09 de outubro de 2009 (a "Data de Emissão").

#### **4.10 Data de Vencimento e Prazo**

4.10.1 As Debêntures terão vencimento no dia 15 de novembro de 2012 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.4.1 desta Escritura), acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.12 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento de juros até a Data de Vencimento.

#### **4.11 Atualização do Valor Nominal**

4.11.1 O valor nominal não será atualizado.

#### **4.12 Remuneração**

4.12.1 As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 117,50% (cento e dezessete inteiros e cinquenta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página de internet (<http://www.cetip.com.br>), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário, *pro rata temporis*, a partir da data da primeira subscrição e integralização de cada série até seu efetivo pagamento. As Debêntures terão prazo de carência de juros da Data de Emissão até 15 de maio de 2011 ("Período de Carência de Juros"). A primeira parcela de juros será paga em 15 de maio de 2011 e as demais nos dias 15 de novembro e 15 de maio subseqüentes, até a Data de Vencimento das Debêntures, quando será devida a última parcela de juros ("Remuneração"). O cálculo dos juros deverá obedecer à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

- J** Valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe** Valor Nominal de Emissão ou saldo do Valor Nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI** produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma::

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

- n** Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;
- p** Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;
- TDI<sub>k</sub>** Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- k** 1, 2, ..., n
- DI<sub>k</sub>** Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**Observações:**

- 1) O fator resultante da expressão  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 2) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 4) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
- 5) Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.12.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.



4.12.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembléia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da deliberação sobre o parâmetro a ser utilizado.

#### **4.13 Amortização do Principal**

4.13.1 A amortização do principal será realizada na Data de Vencimento das Debêntures, salvo possibilidade de amortização parcial facultativa prevista na Cláusula 6.2 abaixo.

#### **4.14. Pagamento da Remuneração**

4.14.1 O pagamento da Remuneração que incidirá sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme Cláusula 4.12, será feito em parcelas semestrais após o Período de Carência de Juros, devendo ser pago nas seguintes datas: 15 de maio de 2011, 15 de novembro de 2011, 15 de maio de 2012 e 15 de novembro de 2012, esta última correspondente à Data de Vencimento.

#### **4.15. Local de Pagamento**

4.15.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; e/ou (ii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Agente Escriurador da presente Emissão.

#### **4.16. Prorrogação dos Prazos**

4.16.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através

da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.17. Encargos Moratórios**

4.17.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### **4.18. Forma de Subscrição e Integralização**

4.18.1 A integralização será realizada à vista, na data de subscrição ("Data de Subscrição e Integralização"), em moeda corrente nacional.

#### **4.19. Repactuação**

4.19.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.20. Publicidade**

4.20.1 Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas", a ser enviado ao endereço do Agente Fiduciário constante desta Escritura e aos Debenturistas listados nos registros da CETIP, sendo que tais comunicados serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

#### **4.21. Imunidade de Debenturistas**

4.21.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e/ou Agente Escriturador conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou listadas na Itaú Corretora de Valores S.A., no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### **4.22. Colocação e Procedimento de Distribuição**

4.22.1. As Debêntures serão objeto de distribuição sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou o "Coordenador"), instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários estabelecida na

Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.271.464/0073-93, conforme Contrato de Coordenação de Distribuição Pública Restrita, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da 1ª Emissão da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., celebrado em 25 de setembro de 2009 ("Contrato de Colocação").

4.22.2. A Emissora não poderá: (i) negociar uma nova série das Debêntures antes de colocada a série anterior ou cancelado o saldo não colocado, e (ii) realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou cancelado o saldo das Debêntures não colocado, observando-se os termos do artigo 9º da Instrução CVM 476.

4.22.3. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme definidos na Instrução CVM 476.

#### **4.23 Limite da Emissão**

4.23.1. As Debêntures são da espécie subordinada e, portanto, não estão sujeitas aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **4.24 Banco Mandatário e Agente Escriturador**

4.24.1. O banco mandatário da presente Emissão será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário"). O agente responsável pela escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Agente Escriturador").

#### **4.25 Destinação dos Recursos**

4.25.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados ao pagamento (i) das notas promissórias em circulação emitidas pela Emissora e registradas na CVM sob os números CVM/SER/RNP/2009/023 e CVM/SER/RNP/2009/024 e (ii) de quaisquer outras notas promissórias em circulação e/ou pagamento da outorga.

### **CLÁUSULA V GARANTIAS DAS DEBÊNTURES**

5.1. As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série serão garantidas, respectivamente, por fianças, cujas características encontram-se estabelecidas nesta Cláusula ("Garantias da 1ª Série" e "Garantia da 2ª Série", conforme aplicável para cada uma das Séries e, em conjunto, "Garantias").

5.2. Pela presente Escritura, os Acionistas da Encalso e a Encalso obrigam-se, perante o Debenturista da 1ª Série, como fiadores, na qualidade de principais pagadores e devedores solidários da Emissora com relação à Debênture da 1ª Série, e neste ato renunciam expressamente ao benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837 e 839 do Código Civil, bem como o artigo 595 do Código de Processo Civil. As Garantias da 1ª Série na forma de fianças são prestadas em caráter universal e compreendem a dívida principal da Debênture da 1ª Série e também todos os seus acessórios, aí incluídos remuneração, juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos. Assim, respondem os Acionistas da Encalso e a Encalso em caso de inadimplemento total ou parcial, da Emissora, com relação às obrigações referentes à Debênture da 1ª Série como principais pagadores de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura que seja exigível, nos termos desta Escritura, até a data da integral liquidação das obrigações decorrentes desta Escritura com relação à Debênture da 1ª Série, seja ela anterior ou posterior à Data de Vencimento das Debêntures (incluindo quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais).

5.2.1. Sem prejuízo da expressa renúncia ao benefício de ordem pela Encalso e pelos Acionistas da Encalso, nos termos da Cláusula 5.2 acima, a Encalso e os Acionistas da Encalso expressamente concordam que, caso seja necessária a excussão das Garantias da 1ª Série, conforme prevista nesta Escritura, (i) a garantia prestada na forma de fiança pela Encalso será primeiramente executada e; (ii) após a completa excussão da fiança prestada pela Encalso, caso ainda haja valores remanescentes devidos com relação à Debênture da 1ª Série, poderá o Debenturista da 1ª Série executar as fianças prestadas pelos Acionistas da Encalso.

5.3. Pela presente Escritura, a CCR obriga-se, perante os Debenturistas da 2ª Série, como fiadora, na qualidade de principal pagadora e devedora solidária da Emissora com relação às Debêntures da 2ª Série, e neste ato renuncia expressamente ao benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837 e 839 do Código Civil, bem como o artigo 595 do Código de Processo Civil. A Garantia da 2ª Série na forma de fiança é prestada em caráter universal e compreende a dívida principal das Debêntures da 2ª Série e também, todos os seus acessórios, aí incluídos remuneração, juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos. Assim, responde a CCR em caso de inadimplemento total ou parcial, da Emissora, com relação às obrigações referentes às Debêntures da 2ª Série, como principal pagadora de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura que seja exigível, nos termos desta Escritura, até a data da integral liquidação das obrigações decorrentes desta Escritura com relação às Debêntures da 2ª Série, seja ela anterior ou posterior à Data de Vencimento das Debêntures (incluindo quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais).

5.4. A Debênture da 1ª Série contará com as seguintes Garantias da 1ª Série:

- (i) Fiança prestada pela Encalso, mediante assinatura de seus representantes legais na presente Escritura, para garantir o valor total da Debênture da 1ª Série devido e não pago, bem como a Remuneração relativa à Debênture da 1ª Série, eventualmente devida e não paga pela Emissora, encargos e eventuais honorários advocatícios, quando aplicáveis; e
- (ii) Fiança pessoal prestada pelos Acionistas da Encalso, que compreende as pessoas físicas que direta ou indiretamente detém participação no capital social da Encalso, mediante assinatura da presente Escritura, para garantir o valor total da Debênture da 1ª Série devido e não pago, bem como de Remuneração relativa à Debênture da 1ª Série, devida e não paga pela Emissora, encargos e eventuais honorários advocatícios, quando aplicáveis.

5.5. As Debêntures da 2ª Série contarão com a seguinte Garantia da 2ª Série:

- (i) Fiança prestada pela CCR, mediante assinatura da presente Escritura, para garantir o valor total das Debêntures da 2ª Série devido e não pago, bem como de Remuneração relativa às Debêntures da 2ª Série, devida e não paga pela Emissora, encargos e eventuais honorários advocatícios, quando aplicáveis.

5.6. Para os fins da presente Escritura, somente será considerada moratória concedida à Emissora, nos termos previstos no inciso I do artigo 838 do Código Civil, a dilação de prazo para o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora obtida mediante a aprovação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures de cada série em circulação, separadamente, reunidos em AGD, conforme definida abaixo.

5.7. As Garantias são prestadas por prazo determinado. As Garantias se extinguirão no dia seguinte à data da integral liquidação das obrigações decorrentes desta Escritura com relação às Debêntures da respectiva série para qual a mencionada garantia for prestada, seja ela anterior ou posterior à Data de Vencimento das Debêntures.

5.8. Respeitados os termos da Clausula 13 abaixo, cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução das Garantias da 1ª Série e/ou da Garantia da 2ª Série, conforme o caso, uma vez não cumprindo o Mecanismo de Saída I e/ou o Mecanismo de Saída II previstos nesta Escritura.

5.9. As garantias de cada série são individuais e independentes e garantem exclusivamente as obrigações relativas à respectiva série. As garantias de uma série

específica não poderão ser utilizadas para suprir ou complementar eventuais insuficiências das garantias da outra série.

5.10. O resgate integral das Debêntures de uma determinada série pela Emissora implicará na liberação automática da(s) fiança(s) dada(s) em garantia das obrigações da referida série.

## **CLÁUSULA VI**

### **RESGATE TOTAL, AMORTIZAÇÃO PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

#### **6.1. Resgate Total**

6.1.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, o resgate total da totalidade das Debêntures em Circulação, mediante notificação escrita ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis à realização do resgate total. O valor devido pela Emissora, por ocasião do resgate total, será equivalente ao saldo do valor principal, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate total. A totalidade das Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

6.1.2. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP da realização do resgate total das Debêntures com no mínimo 1 (um) dia útil de antecedência da data estipulada para sua realização.

#### **6.2. Amortização Parcial Facultativa**

6.2.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, a amortização parcial facultativa da totalidade das Debêntures em Circulação, mediante notificação escrita ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis à realização da amortização parcial facultativa. O valor devido pela Emissora, por ocasião da amortização parcial facultativa, será equivalente a percentual definido pela Emissora sobre o saldo do valor principal, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da amortização parcial facultativa. Na realização de uma amortização parcial facultativa, o Valor Nominal das Debêntures deverá ser proporcionalmente amortizado.

6.2.2. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP da realização da amortização parcial facultativa das Debêntures com no mínimo 1 (um) dia útil de antecedência da data estipulada para sua realização.

#### **6.3. Aquisição Facultativa**

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na

tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e pelas Cláusulas 3.1 e 7.1 desta Escritura. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

## **CLÁUSULA VII**

### **LIMITAÇÕES À CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS DEBÊNTURES**

7.1 As Debêntures somente poderão ser cedidas e transferidas, total ou parcialmente, por e entre empresas do Grupo Bradesco, observada eventual possibilidade de aquisição das Debêntures pela CCR ou Encalco por conta do exercício do Mecanismo de Saída I e/ou do Mecanismo de Saída II, conforme definidos e previstos nas Cláusulas 9.1.1 e 9.4, respectivamente, desta Escritura. Adicionalmente, tal cessão ou transferência deverá ser feita observando-se os termos da Instrução CVM 476.

7.1.1 A CETIP não será responsável por controlar se a cessão ou transferência das Debêntures será feita por e entre empresas do Grupo Bradesco, uma vez que não é possível restringir, tanto por meio do SDT quanto do SND, a distribuição e a negociação das Debêntures, única e exclusivamente, entre empresas que façam parte do Grupo Bradesco.

## **CLÁUSULA VIII**

### **OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

8.1 A emissora está obrigada a:

(a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito na Cláusula 4.25 acima;

(b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;

(c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete, de forma significativa, a Emissora, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;

(d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer (i) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, e (ii) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 9.3 abaixo); e

(e) comunicar os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, sobre a possibilidade de amortização parcial ou integral das Debêntures, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis à tal amortização, em conformidade com o Financiamento Sênior, conforme definido no item (iii) da Cláusula 9.1 abaixo.

8.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário, (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora; (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, se aplicável.

(b) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(c) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(d) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e

(e) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora.



**CLÁUSULA IX**  
**EVENTOS DE INADIMPLEMENTO, MECANISMOS DE SAÍDA E VENCIMENTO**  
**ANTECIPADO**

9.1 São considerados eventos de inadimplemento da Emissora as seguintes hipóteses ("Eventos de Inadimplemento da Emissora"):

- (i) Pedido de recuperação judicial da Emissora, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (ii) Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores, sem prejuízo dos encargos decorrentes do inadimplemento;
- (iii) Aceleração do financiamento sênior a ser obtido pela Emissora junto a instituições internacionais multilaterais, no valor de, aproximadamente, US\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares), por meio da celebração de contrato de empréstimo ("Financiamento Sênior"), aceleração essa decorrente de inadimplemento pecuniário; e
- (iv) Se houver incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária do Rodoanel, que resulte na perda de controle pela CCR, ou que a CCR deixe de fazer parte do bloco de controle da Emissora.

9.1.1 Caso ocorra qualquer dos Eventos de Inadimplemento da Emissora, e este não seja sanado no respectivo prazo de cura, se aplicável, os Debenturistas terão o direito de (i) vender a Debênture da 1ª Série para a Encalso, que terá obrigação de comprá-la; e (ii) vender as Debêntures da 2ª Série para a CCR, que terá obrigação de comprá-las, sendo que em ambas as situações descritas nos itens (i) e (ii) a compra das Debêntures pela Encalso ou CCR, conforme aplicável, deverá compreender o Valor Nominal Unitário, Remuneração e eventuais encargos ("Mecanismo de Saída I"). O exercício do Mecanismo de Saída I será formalizado por meio de notificação encaminhada pelo Agente Fiduciário à CCR e à Encalso, com cópia para a Emissora, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de tal notificação para realizar os respectivos pagamentos devidos em decorrência do exercício do Mecanismo de Saída I, conforme aplicável para CCR e/ou Encalso.

9.1.2 Somente na hipótese de não cumprimento da obrigação de compra pela Encalso ou pela CCR, respectivamente, da Debênture da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série, nos termos do Mecanismo de Saída I, os Debenturistas poderão declarar o vencimento antecipado da respectiva Série, incluindo o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração devida e não paga, encargos e

honorários advocatícios, se aplicáveis, somente para o propósito de exigir de imediato a execução das Garantias, observada a Condição de Subordinação (conforme definida na Cláusula 13 abaixo).

9.2 São considerados eventos de inadimplemento da Encalso as seguintes hipóteses ("Eventos de Inadimplemento da Encalso"):

- (i) Questionamentos por parte da Encalso de qualquer natureza com vistas à anulação, nulidade, inexecutabilidade da fiança prestada pela Encalso ou pelos Acionistas da Encalso;
- (ii) Pedido de recuperação judicial da Encalso, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza da Encalso;
- (iii) Liquidação, dissolução ou extinção da Encalso;
- (iv) Inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato/título de crédito, de qualquer obrigação financeira da Encalso, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis de sua ocorrência, for comprovado pela Encalso que tal inadimplemento ocorreu devido ao descumprimento contratual da outra parte, ou tenha sido suspenso o efeito do inadimplemento;
- (v) Ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, que gere a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Encalso cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (vi) Protesto legítimo de títulos contra a Encalso, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi indevidamente efetuado; (b) for cancelado ou sustado, ou ainda (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (vii) Não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Encalso, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data do trânsito em julgado, exceto se tal decisão judicial tiver sua eficácia suspensa durante este prazo de cura de 30 (trinta) dias contados da data para pagamento, com expediente forense, contado do trânsito em julgado e enquanto assim permanecer;

(viii) Citação da Encalso em qualquer ação de execução (ou conjunto de ações de execução de mesma natureza) para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data da respectiva citação, tiver sido comprovado que foi oferecida ou indicada em juízo uma garantia de pagamento nos termos da lei processual aplicável;

(ix) Exceto pela garantia em juízo oferecida nos termos das alíneas (vi) e (viii) anteriores, arresto, seqüestro ou penhora de bens da Encalso, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo arresto, seqüestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, o seqüestro ou a penhora foi indevido ou, se regular, substituído por outra garantia equivalente;

(x) A transferência, a qualquer título, do controle societário da Encalso, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária que acarrete na alteração do controle da Encalso, sem que tenha havido aprovação prévia dos Debenturistas;

(xi) Deliberação e/ou distribuição de lucros pela Encalso conforme estabelecido em seu contrato social, caso a Encalso esteja inadimplente no cumprimento de suas obrigações pecuniárias previstas nas Debêntures;

(xii) Se houver qualquer decisão judicial, arbitral ou administrativa, que afete a Garantia da 1ª Série prestada pela Encalso, e cujos efeitos não sejam suspensos ou cancelados no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da referida decisão; ou sem que seja promovida a respectiva substituição da fiança prestada pela Encalso, como uma das Garantias da 1ª Série, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da data da referida decisão;

(xiii) Se as Garantias da 1ª Série, por qualquer fato atinente ao seu objeto, se tornarem inábeis, impróprias ou inválidas para assegurar o pagamento das importâncias devidas no âmbito da 1ª Série, e (i) tal fato não tiver seus efeitos suspensos ou cancelados ou (ii) não tiver sido substituída a garantia por outra equivalente, em ambos os casos no prazo 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação do Agente Fiduciário à Encalso a respeito do fato.

9.2.1. Os valores mencionados nos itens (iv), (v), (vi), (vii), (viii) e (ix) acima serão reajustados ou corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM a partir da Data de Emissão.

9.3 São considerados eventos de inadimplemento da CCR as seguintes hipóteses (“Eventos de Inadimplemento da CCR”) e, juntamente com os Eventos de

Inadimplemento da Emissora e os Eventos de Inadimplemento da Encalso, os "Eventos de Inadimplemento"):

- (i) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da CCR ou de qualquer controlada da CCR que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da CCR, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;
- (ii) Protesto legítimo de títulos contra a CCR, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado, pela CCR, que (a) o protesto foi indevidamente efetuado, (b) for cancelado ou sustado, ou ainda (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (iii) Não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da CCR decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela CCR, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela CCR, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (iv) Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da CCR, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da CCR, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelos atuais Acionistas Controladores, do Poder de Controle da CCR, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em AGD. Para fins desta cláusula, "Acionistas Controladores" e "Poder de Controle" seguirão as definições constantes no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa;
- (v) Redução de capital da CCR, que represente mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da CCR após a data da emissão das Debêntures) sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
- (vi) Não-manutenção, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

- (1) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a 3, onde:

*Dívida Líquida* significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, diminuído do somatório de (i) disponibilidades e (ii) saldo da Conta Reserva (conforme definido na Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Duas Séries da CCR) registrada no realizável a longo prazo.

*Disponibilidades* significam a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da CCR: Caixa e Bancos; Aplicações Financeiras; e Conta Reserva; e

*EBITDA* significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (a) custo dos serviços prestados, (b) despesas administrativas, somadas de (a) despesas de depreciação, amortização e (b) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da CCR.

- (2) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras não deverá ser inferior a 2, onde:

*Despesas Financeiras* significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

(vii) Liquidação, dissolução ou extinção da CCR;

(viii) Comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela CCR nesta Escritura que afete de forma relevante e negativamente adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à CCR pelo Agente Fiduciário;

(ix) Extinção ou qualquer outra forma de limitação de parcela relevante, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada da CCR seja titular, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da CCR, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;

(x) Alienação de um ou mais ativos da CCR que representem em conjunto ou individualmente 33% ou mais do faturamento consolidado anual da CCR, no

exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada;

(xi) Alteração ou modificação relevante do objeto social da CCR, exceto se tal alteração ou modificação seja referente à ampliação da atuação, mantidas as atividades relacionadas ao setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e/ou no exterior e/ou seja requerido por lei, norma ou entidade governamental;

(xii) Pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da CCR, caso a CCR esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e

(xiii) Não-cumprimento de decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a CCR, ou contra qualquer subsidiária ou controlada da CCR, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da CCR, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido, em valor unitário ou agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença tiver sua eficácia suspensa durante este prazo de cura de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, com expediente forense, contado do trânsito em julgado e enquanto assim permanecer; ou

(xiv) Recompra de ações, desde que a CCR esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura.

9.3.1. Os valores mencionados nos itens (ii), (iii) e (xiii) acima serão reajustados ou corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM a partir da Data de Emissão.

9.4 Caso ocorra qualquer dos Eventos de Inadimplemento da Encalço descritos nos itens (ii), (iii), (iv), (xii) e (xiii) da Cláusula 9.2 acima, não sanado no respectivo prazo de cura, se aplicável, o Debenturista da 1ª Série terá o direito de vender, e a Encalço terá a obrigação de adquirir a Debênture da 1ª Série, que compreenderá o respectivo Valor Nominal Unitário, Remuneração e eventuais encargos (“Mecanismo de Saída II para Encalço”). Adicionalmente, caso ocorra qualquer dos Eventos de Inadimplemento da CCR descritos nos itens (i), (iii) e (vii) da Cláusula 9.3 acima, não sanado no respectivo prazo de cura, se aplicável, os Debenturistas da 2ª Série terão o direito de vender, e a CCR deverá adquirir as Debêntures da 2ª Série, que compreenderão o respectivo Valor Nominal Unitário, Remuneração e eventuais encargos (“Mecanismo de Saída II para CCR” e, juntamente com o Mecanismo de Saída II para a Encalço, o “Mecanismo de Saída II”).

9.5 Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento da Encalço ou Eventos de Inadimplemento da CCR não mencionados na Cláusula 9.4 acima, o

Agente fiduciário deverá convocar uma AGD (conforme definida abaixo) nos termos da Cláusula 11 para deliberar sobre o exercício ou não do Mecanismo de Saída II para a Encalso ou do Mecanismo de Saída II para a CCR, respectivamente. Caso a AGD decida a favor do exercício do Mecanismo de Saída II pela Encalso e/ou pela CCR nos termos dessa Cláusula, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável, devendo a Encalso e/ou a CCR, conforme aplicável, efetuar a compra das respectivas Debêntures conforme estabelecido na Cláusula 9.4 acima.

9.6 O exercício do Mecanismo de Saída II, conforme previsto nas Cláusulas 9.4 e 9.5 acima, será formalizado por meio de notificação encaminhada pelo Agente Fiduciário à CCR e à Encalso, com cópia para a Emissora, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de tal notificação para realizar os respectivos pagamentos devidos em decorrência do exercício do Mecanismo de Saída II, conforme aplicável para CCR e/ou Encalso.

9.7 Somente na hipótese de não cumprimento da obrigação de compra pela Encalso ou pela CCR, respectivamente, da Debênture da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série, nos termos do Mecanismo de Saída II acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado da respectiva Série, incluindo o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração devida e não paga, encargos e honorários advocatícios, se aplicáveis, somente para o propósito de exigir de imediato a execução das Garantias da referida série, observada a Condição de Subordinação (conforme definida na Cláusula 13 abaixo).

9.8. Qualquer declaração de vencimento antecipado das Debêntures ficará condicionado à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora.

## **CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **10.1. No meação**

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário dos debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

### **10.2. Declaração**

10.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

### **10.3. Substituição**

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD (conforme definida abaixo) para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a



primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.3.6 abaixo.

10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983; e eventuais normas posteriores.

10.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

10.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

10.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (conforme definida abaixo).

10.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### **10.4. De veres**

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) comparecer à AGD (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - k.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - k.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - k.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

- k.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - k.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - k.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - k.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 9;
  - k.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - k.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (l) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "k" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- l.1) na sede da Emissora;
  - l.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - l.3) na CETIP; e
  - l.4) no endereço do Coordenador da colocação das Debêntures.
- (m) Enviar correspondência aos Debenturistas, com aviso de recebimento, às expensas da Emissora, comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "l";
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações

assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;

(q) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos nas Cláusula 9 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e

(r) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

#### **10.5. Atribuições Específicas**

10.5.1. Respeitada a Condição de Subordinação prevista na Cláusula 13 abaixo, o Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplemento da Emissora:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencida a Debênture da 1ª Série e/ou as Debênture da 2ª Série, conforme aplicável, e cobrar seu principal e acessórios apenas para fins exclusivos de execução das Garantias prestadas pela CCR e/ou Encalco e Acionistas da Encalco, conforme o caso, em benefício da Emissora para assegurar os pagamentos devidos, respeitados os períodos de cura e Mecanismos de Saída previstos nesta Escritura;

b) tomar qualquer providência necessária perante os Intervenientes Garantidores para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

c) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na alínea (a) e (b) da Cláusula 10.5.1., se convocada a AGD (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por deliberação de titulares representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (c) da Cláusula 10.5.1.

#### **10.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) Parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 03 (três) dias úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos trimestres subsequentes até a Data de Vencimento, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;

- (b) As parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração; e
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela.

#### **10.7. De despesas**

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (e) Despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

## **CLÁUSULA XI**

### **ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **11.1. Convocação**

11.1.1 A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas de cada uma das séries que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2, ou pela CVM.

11.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

11.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, e quando aplicável, perante os Intervenientes Garantidores, e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

## **11.2. Quorum de Instalação**

11.2.1 A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## **11.3. Mesa Diretora**

11.3.1 A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

## **11.4. Quorum de Deliberação**

11.4.1 Nas deliberações da assembléia de cada uma das séries, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação.

11.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 11.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura.

11.4.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 11.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

## **CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS INTERVENIENTES GARANTIDORES**

12.1. A Emissora declara e garante que:

(a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

(b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(e) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(f) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(g) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

12.2. A CCR e a Encalco declaram e garantem, de forma não solidária entre si, que:

(a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de (i) sociedade anônima de capital aberto, no caso da CCR e (iii) sociedade limitada, no caso da Encalco, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

(b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a CCR e a Encalco, conforme o caso, seja parte, nem irão resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii)



criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da CCR e da Encalso, conforme o caso, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela CCR e/ou pela Encalso, conforme o caso;

(e) esta Escritura e as obrigações da CCR ou da Encalso, conforme o caso, aqui previstas constituem obrigações exigíveis de acordo com os seus termos e condições; e

(f) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

### **CLÁUSULA XIII**

#### **CONDIÇÃO DE SUBORDINAÇÃO**

13.1 As Debêntures estarão subordinadas ao Financiamento Sênior ("Condição de Subordinação"), conforme termos e condições do Contrato de Subordinação entre a Emissora e os Debenturistas que subscreverem as Debêntures no mercado primário e os credores do Financiamento Sênior, conforme minuta constante do Anexo I da presente Escritura ("Contrato de Subordinação"). O Contrato de Subordinação deverá ser celebrado pelos Debenturistas que subscreverem as Debêntures no mercado primário e pelas demais partes em até 5 (cinco) dias contados da assinatura do instrumento que formalizar o Financiamento Sênior.

13.2 O Contrato de Subordinação prevê a limitação do exercício de certos direitos pelos Debenturistas, principalmente em relação às medidas eventualmente adotadas para exigir o pagamento das obrigações assumidas pela Emissora por meio da presente Escritura.

13.3 A Condição de Subordinação vinculará tanto Debenturistas que subscreverem as Debêntures no mercado primário quanto aqueles que venham a, de qualquer forma, ser titulares das Debêntures, seja por meio de aquisição, transferência ou cessão, conforme previsão específica prevista no Contrato de Subordinação. Como condição para a realização de qualquer cessão, transferência ou negociação nos termos do Contrato de Subordinação, o Debenturista que pretender alienar, transferir ou ceder sua(s) Debênture(s) deverá exigir do(s) cessionário(s) a assinatura do Termo de Adesão anexo a tal Contrato de Subordinação, por meio do qual o(s) cessionário(s) assumirá(ão) as obrigações relativas à subordinação de seus créditos, originalmente assumidas pelo Debenturista que ceder, transferir ou negociar suas Debêntures, passando o(s) novo(s) Debenturista(s) a ser parte do Contrato de Subordinação para todos os fins de direito.

**CLÁUSULA XIV**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1. C omunicações**

14.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.**

Avenida Marcos Penteado Ulhôa Rodrigues, nº 690, 1º andar, Sala 11

CEP 06460-040 - Barueri - São Paulo

Tel.: (+55 11) 4136-6003

Fax: (+55 11) 4136-6121

At.: José Braz Cioffi

c/c: João Daniel Marques da Silva

E-mail: [jose.braz@grupoccr.com.br](mailto:jose.braz@grupoccr.com.br) com cópia para [joao.daniel@grupoccr.com.br](mailto:joao.daniel@grupoccr.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 - 10º andar

CEP 04538-132 - São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 2172-2628

Fax: (+55 11) 3078-7264

At.: Viviane Rodrigues

E-mail: [vrodriques@plannercorretora.com.br](mailto:vrodriques@plannercorretora.com.br)

**Para o Banco Mandatário:**

**Banco Itaú S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707

CEP 04309-010 - São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 5029-1905

Fax: (+55 11) 5029-192

At.: Luiz Loureiro

E-mail: [luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br)

**Para o Agente Escriturador:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707

CEP 04309-010 - São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 5029-1905

Fax: (+55 11) 5029-192

At.: Luiz Loureiro

E-mail: [luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP:**

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar  
São Paulo, SP - CEP 01009-000  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
At.: Fabio Benites  
E-mail: [fbenites@cetip.com.br](mailto:fbenites@cetip.com.br)

**Para a CCR:**

**Companhia de Concessões Rodoviárias**

Rua Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia  
CEP 04551-065 - São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 3048-5921  
Fax: (+55 11) 3048-5911  
At.: Arthur Piotto Filho  
E-mail: [arthur.piotto@grupoccr.com.br](mailto:arthur.piotto@grupoccr.com.br)

**Para a Encalso:**

**Encalso Construções Ltda.**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43  
CEP 01076-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 2171-8900  
Fax: (+55 11) 2171-8900  
At.: Vandersi Lazaro Marim  
E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

**Para os Acionistas da Encalso:**

**Anwar Damha**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43  
CEP 01076-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 2171-8900  
Fax: (+55 11) 2171-8900  
E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

**Maria Márcia Eugênio Damha**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43  
CEP 01076-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 2171-8900  
Fax: (+55 11) 2171-8900  
E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

**Mário Múcio Eugênio Damha**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43  
CEP 01076-900 - São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 2171-8900

Fax: (+55 11) 2171-8900  
E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

**Marco Aurélio Eugênio Damha**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43  
CEP 01076-900 –São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 2171-8900  
Fax: (+55 11) 2171-8900  
E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

**Maria Beatriz Eugênio Damha Ajimasto**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43  
CEP 01076-900 –São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 2171-8900  
Fax: (+55 11) 2171-8900  
E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

**Maria Mônica Damha Athia**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43  
CEP 01076-900 –São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 2171-8900  
Fax: (+55 11) 2171-8900  
E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

**Maria Stella Eugênio Damha**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43  
CEP 01076-900 –São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 2171-8900  
Fax: (+55 11) 2171-8900  
E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

**Alberto Bagdade**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43  
CEP 01076-900 –São Paulo - SP  
Tel.: (+55 11) 2171-8900  
Fax: (+55 11) 2171-8900  
E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

14.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

## **14.2. Renúncia**

14.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **14.3. Custos de Registro**

14.3.1 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

## **14.4. Aditamentos**

14.4.1. Esta Escritura somente poderá ser alterada por meio de aditamento celebrado entre as partes, o qual também deverá ser arquivado na JUCESP.

## **14.5. Lei Aplicável**

14.5.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

## **15.1. Foro**

14.6.1 Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 12 (doze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 25 de setembro de 2009

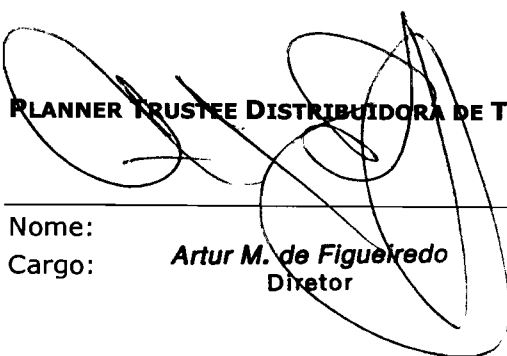
*Página de assinaturas 1/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*

**CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**

Nome: JOSE BENEFIOFF  
Cargo:

Nome: FRANCISCO MENDES DE MORAES NETO  
Cargo:

*Página de assinaturas 2/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*



**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Nome:

Cargo:

**Artur M. de Figueiredo**  
Diretor



Nome:

Cargo:

**Viviane Rodriguez**  
Diretora

*Página de assinaturas 3/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*

**COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

Nome:

Cargo:

  
**ARTHUR NIOTTO FILHO**  
**DIRETOR**

Nome:

Cargo:

  
**Marcus Rodrigo de Senna**  
**Diretor**

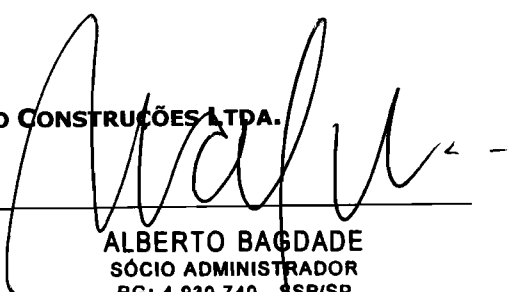


*Página de assinaturas 4/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*

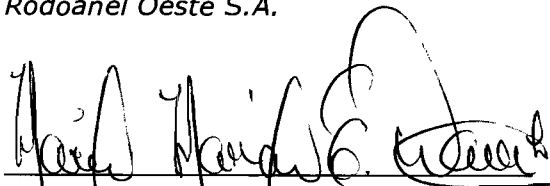
**ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.**

Nome:

Cargo:

  
**ALBERTO BAGDADE**  
**SÓCIO ADMINISTRADOR**  
**RG: 4.930.740 - SSP/SP**  
**CPF: 691.489.778-53**

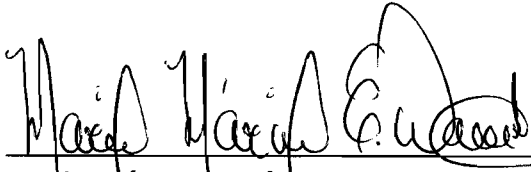
*Página de assinaturas 5/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Anwar Damha', written over a horizontal line.

**Anwar Damha**

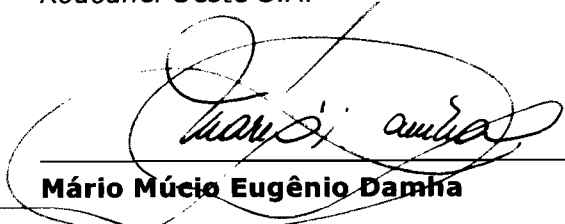
**p.p. Maria Márcia Eugênio Damha**

*Página de assinaturas 6/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*



**Maria Márcia Eugênio Damha**

*Página de assinaturas 7/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*



**Mário Múcio Eugênio Damha**

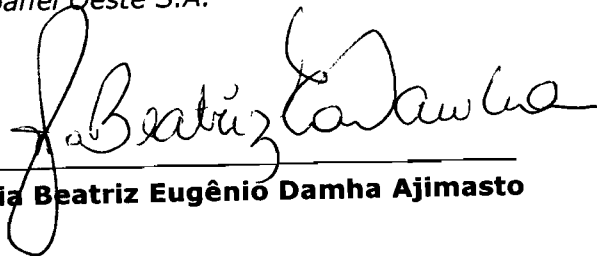
*Página de assinaturas 8/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*



---

**Marco Aurélio Eugênio Damha**

*Página de assinaturas 9/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*



**Maria Beatriz Eugênio Damha Ajimasto**

*Página de assinaturas 10/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*

A handwritten signature in black ink, reading "M. Mônica Damha Athia". The signature is written in a cursive style with a horizontal line underneath.

**Maria Mônica Damha Athia**

*Página de assinaturas 11/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*

A handwritten signature in black ink, reading "Maria Stella Eugênio Damha". The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

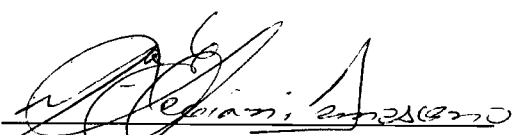
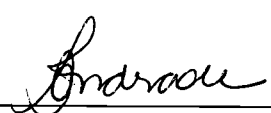
**Maria Stella Eugênio Damha**



*Página de assinaturas 12/12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.*

  
**Alberto Bagdade**

Testemunhas:

  
Nome: Ate ELEGIANI DAMASCENO  
CPF/MF: 066.468.708 - 37  
Nome: TATIANE CARVALHO ANDRADE  
CPF/MF: 222.417.108 - 74

**ANEXO I**  
**MINUTA DO CONTRATO DE SUBORDINAÇÃO**

---

CONTRATO DE SUBORDINAÇÃO

ENTRE

[CREDORES SENIORES],

[DEBENTURISTA OU CREDORES SUBORDINADOS],

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS, ENCALSO CONTRUÇÕES LTDA.

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. E

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

DATADO DE [•] DE 2009

---

## CONTRATO DE SUBORDINAÇÃO

O presente Contrato de Subordinação (o "Contrato"), datado de [•] de 2009, é celebrado entre as seguintes partes:

1. **[CREDORES SENIORES]**, [qualificação] (os "Credores Seniores");
2. **[DEBENTURISTAS]**, [qualificação] (os "Debenturistas ou Credores Subordinados");
3. **COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CCR");
4. **ENCALSO CONTRUÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.333.769/0001-13, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Encalso" e, juntamente com a CCR, os "Intervenientes Garantidores");
5. **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 - 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o "Agente Fiduciário"); e
6. **CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado Ulhôa Rodrigues, nº 690, 1º andar, Sala 11, Condomínio Empresarial Business Center Tamboré, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.387.725/0001-59, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Concessionária" e, em conjunto com os Credores Seniores, o Credor Subordinado, os Intervenientes Garantidores e o Agente Fiduciário, as "Partes").

### PRÉÂMBULO

CONSIDERANDO QUE a Concessionária e os Credores Seniores celebraram, em [•], o Contrato de Financiamento (*Loan Agreement*) (conforme alterado, aditado e modificado de tempos em tempos, o "Contrato de Financiamento"), para a obtenção de financiamento para o Projeto (*Project*);

CONSIDERANDO QUE os Debenturistas são titulares da totalidade das Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição

Pública da Concessionária ("Debêntures"), conforme descrita no Anexo 1 deste Contrato; e

CONSIDERANDO QUE é condição suspensiva para o primeiro Desembolso (*Disbursement*), nos termos do Contrato de Financiamento, que este Contrato tenha sido celebrado e esteja em pleno vigor e eficácia.

ISTO POSTO, as Partes resolvem celebrar este Contrato, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DEFINIÇÕES

1.1. Interpretação. Os termos iniciados em letras maiúsculas empregados e não definidos de forma diversa no presente Contrato têm os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Financiamento. Todos os termos definidos neste Contrato ou, conforme o caso, no Contrato de Financiamento, terão os mesmos significados quando empregados em qualquer outro certificado ou documento entregue ou elaborado em decorrência do disposto no presente Contrato, exceto se de outra forma disposto em tal certificado ou documento.

1.2. Definições. Os termos abaixo indicados devem ser interpretados ao longo deste Contrato com os significados indicados abaixo:

"Escritura de Emissão" significa a escritura de emissão das Debêntures celebrada em 25 de setembro de 2009 entre a Concessionária, o Agente Fiduciário, os Intervenientes Garantidores e demais garantidores ("Escritura de Emissão").

"Data de Quitação" significa a data em que todas as Obrigações devidas pela Concessionária aos Credores Seniores, inclusive as decorrentes de vencimento antecipado do Financiamento, de acordo com o Contrato de Financiamento, tenham sido irrevogável e integralmente cumpridas.

"Dívidas Subordinadas" significam as dívidas da Concessionária decorrentes das Debêntures e devidas aos Credores Subordinados, incluindo o principal, remuneração ou outros montantes devidos com relação às Debêntures, as quais estão descritas no Anexo 1 deste Contrato.

"Obrigações" significam as dívidas da Concessionária existentes perante os Credores Seniores, incluindo o principal, juros ou outros montantes devidos com relação a essas dívidas, as quais estão descritas no Anexo 2, que é parte integrante e inseparável deste Contrato, e as dívidas futuras da Concessionária que vierem a ser contraídas junto aos Credores Seniores.

"Processos de Insolvência" significam, com relação à Concessionária, todos e quaisquer processos de falência, insolvência, reorganização (judicial ou extrajudicial),

liquidação, dissolução, intervenção ou procedimentos similares, assim como quaisquer reorganizações de dívidas, acordo com credores, cessão em benefício de credores ou alienação de todos ou de parte substancial dos bens, direitos ou propriedades da Concessionária.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### SUBORDINAÇÃO

2.1. Subordinação. As Partes reconhecem e concordam que o pagamento das Dívidas Subordinadas, seja na data de seu vencimento, antecipado ou não, ou de outra forma, será, na medida e maneira estabelecida neste Contrato e no Contrato de Financiamento, subordinado, júnior e sujeito ao pagamento prévio do valor total das Obrigações. Dessa forma, exceto na medida e conforme autorizado neste Contrato, enquanto não houver o pagamento prévio e integral das Obrigações, nenhum pagamento ou qualquer outro tipo de distribuição deverá ser feito pela Concessionária a qualquer Credor Subordinado, seja em dinheiro ou por meio de compensação, dação em pagamento, entrega de bens, direitos ou propriedades ou outro, para pagar, quitar ou extinguir quaisquer Dívidas Subordinadas.

### 2.2. Pagamento das Dívidas Subordinadas

2.2.1. Observadas as demais condições aqui estabelecidas, os pagamentos de quaisquer valores relativos às Dívidas Subordinadas somente serão realizados pela Concessionária na medida em que as Condições de Pagamento Restrito (*Restricted Payment Conditions*) aplicáveis a tal pagamento tenham sido satisfeitas, nos termos do Contrato de Financiamento.

2.2.2. Até a Data de Quitação, cada Credor Subordinado se compromete a não:

- (i) celebrar qualquer acordo ou contrato, praticar ou induzir (por ação ou omissão) terceiro a praticar qualquer ato ou medida que possa impedir, restringir, limitar ou de qualquer forma prejudicar o pleno exercício dos direitos dos Credores Seniores previstos neste Contrato, incluindo, sem limitar, a validade e exeqüibilidade das garantias outorgadas aos Credores Seniores nos termos do Contrato de Financiamento e os direitos e prerrogativas dos Credores Seniores em razão da subordinação ora estabelecida;
- (ii) declarar vencido qualquer valor pagável pela Concessionária, exceto se necessário ou exigido para execução das garantias prestadas pelos Intervinentes Garantidores em benefício da Concessionária para assegurar o pagamento das Dívidas Subordinadas;
- (iii) tomar qualquer medida, judicial ou não, para executar a cobrança de quaisquer valores devidos pela Concessionária; e

- (iv) requerer, demandar, processar, tomar ou receber da Concessionária (diretamente ou por conta de terceiros, exceto os Intervenientes Garantidores) qualquer valor relacionado às Dívidas Subordinadas, seja por meio de compensação, pagamento direto ou outro, ou requerer a penhora de qualquer bem ou direito que tenha sido dado em garantia aos Credores Seniores, salvo com o prévio e expreso consentimento por escrito dos Credores Seniores.

2.2.3. Até a Data de Quitação, todas e quaisquer Dívidas Subordinadas vencidas e não pagas pela Concessionária serão cobradas pelos Credores Subordinados única e exclusivamente em face das Intervenientes Garantidoras, de forma não solidária e conforme os termos e condições da Escritura de Emissão. As Intervenientes Garantidoras e os Credores Subordinados renunciam, desde já, todos e quaisquer direitos de exigir o pagamento pela Concessionária das Dívidas Subordinadas, inclusive, sem limitar, para fins do artigo 282 Código Civil.

2.3. Recursos Insuficientes e Evento de Inadimplemento (*Event of Default*). Se na data de pagamento de qualquer das Dívidas Subordinadas, (i) os recursos da Concessionária forem insuficientes para permitir à Concessionária pagar por completo a parcela de vencimento das Obrigações; (ii) tiver ocorrido um Evento de Inadimplemento ou, ainda, (iii) qualquer Condição de Pagamento Restrito (*Restricted Payment Condition*) não tenha sido satisfeita ou a sua satisfação cause um Evento de Inadimplemento, a Concessionária não deverá pagar qualquer valor aos Credores Subordinados.

2.4. Procedimentos Especiais no Caso de Falência, Reorganização, etc. No caso de qualquer Processo de Insolvência (a) todas as Obrigações deverão ser pagas em sua integralidade antes do pagamento de qualquer valor aos Credores Subordinados, inclusive para fins do artigo 83, VIII, a da Lei 11.101/05; e (b) quaisquer pagamentos, dações, transmissão e/ou distribuição de bens e/ou direitos da Concessionária, aos quais os Credores Subordinados teriam direito se as Dívidas Subordinadas não fossem subordinadas de acordo com os termos aqui estabelecidos, deverá ser feito pelo administrador, liquidante ou agente ou outra pessoa responsável por fazer tal pagamento ou distribuição, diretamente aos Credores Seniores, para pagamento de todas as Obrigações. Cada um dos Credores Subordinados se compromete a tomar todas as medidas que se façam necessárias para este fim, inclusive por meio de manifestação junto ao administrador, liquidante, agente ou outra pessoa responsável, conforme o caso, de que todos os pagamentos deverão ser realizados na forma que os Credores Seniores instruírem.

2.5. Pagamentos Recebidos em Prejuízo deste Contrato. Se, por qualquer razão ou em decorrência de um Processo de Insolvência, a Concessionária fizer ou qualquer Credor Subordinado receber qualquer pagamento de qualquer natureza ou caráter decorrente da sua situação de credor da Concessionária ou qualquer outra situação, pagamento este total ou parcialmente relacionado à Dívida Subordinada e em

desacordo com os termos e condições aqui estabelecidos, o Credor Subordinado em questão deverá (a) reter quaisquer destes pagamentos, o fruto ou o montante correspondente a estes pagamentos em garantia e em favor dos Credores Seniores, sem a possibilidade de compensá-los em razão de quaisquer valores devidos pela Concessionária a qualquer título, (b) prontamente (mas não mais do que em 2 (dois) dias úteis de seu recebimento) pagar, transferir, ceder, endossar ou entregar o fruto de tal pagamento aos Credores Seniores ou a qualquer terceiro indicado pelos Credores Seniores.

2.6. Subordinação de Ônus. Sem limitação de quaisquer outras disposições deste Contrato, todos e quaisquer ônus ou gravames, atuais ou futuros, que garantam ou favoreçam (ou possam garantir ou favorecer) as Dívidas Subordinadas, seja em razão da Lei Aplicável ou de contrato, estão por meio deste Contrato expressamente subordinados aos ônus, direitos de garantia, gravames e cessões, atuais ou futuros, que garantam ou favoreçam (ou possam garantir ou favorecer) as Obrigações. Os Credores Subordinados, os Intervenientes Garantidores e a Concessionária comprometem-se a não criar (ou permitir a criação) com relação a qualquer Dívida Subordinada qualquer ônus ou gravame sobre os bens e direitos da Concessionária ou sobre as ações de emissão da Concessionária sem a expressa e prévia autorização dos Credores Seniores, sob pena da ineficácia de tal ato perante os Credores Seniores.

2.7. Pagamentos pelos Intervenientes Garantidores. Caso qualquer dos Intervenientes Garantidores realize qualquer pagamento da Dívida Subordinada ou adquira uma ou mais Debêntures em decorrência do exercício dos mecanismos de saída previstos na Escritura de Emissão, tal Interveniente Garantidor passará, automaticamente e para todos os fins, inclusive deste Contrato, a ser considerado um Credor Subordinado em relação ao qualquer direito decorrente de sub-rogação ou não perante a Concessionária, sujeitando-se, integralmente, a todos os termos e condições aqui estabelecidos.

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DOS CREDITORES SUBORDINADOS

3.1. Obrigações de Fazer. Sem prejuízo das demais obrigações constantes deste Contrato, os Credores Subordinados obrigam-se perante os Credores Seniores a:

(i) prontamente notificar os Credores Seniores (a) sobre a ocorrência de qualquer ato, fato ou evento que afete os direitos e obrigações aqui estabelecidos, e (b) sobre qualquer litígio, arbitragem ou processo administrativo iniciado, pendente ou (até onde seja de seu conhecimento) iminente contra si que cause ou que se espere razoavelmente que possa causar um efeito adverso relevante no cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;

(ii) sempre que solicitado pelos Credores Seniores, em decorrência do disposto na Cláusula 5.18 (Mudança na Lei), celebrar quaisquer aditamentos ao presente Contrato, em forma e teor satisfatórios aos Credores Seniores;

(iii) firmar e entregar, ao longo do tempo e às suas expensas exclusivas, todos os instrumentos, documentos e informações, assim como praticar todos os atos adicionais, que os Credores Seniores venham razoável e justificadamente requisitar, por escrito, a fim de (a) proteger os direitos e obrigações previstos neste Contrato, (b) permitir que os Credores Seniores exerçam quaisquer direitos, poderes e faculdades que lhes foram outorgados de acordo com o presente Contrato, e (c) assegurar a legalidade, validade, execução e admissibilidade do presente Contrato;

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DECLARAÇÕES E GARANTIAS DOS CREDITORES SUBORDINADOS

4.1. Declarações e Garantias dos Credores Subordinados. Cada Credor Subordinado declara e garante aos Credores Seniores, nesta data e na data de qualquer Desembolso, que:

(i) é uma sociedade regularmente constituída e validamente existente de acordo com as leis do Brasil;

(ii) tem bastantes poderes para celebrar este Contrato e para cumprir com as suas obrigações aqui estabelecidas, nos termos de seus documentos societários e da Lei Aplicável, tendo sido praticados todos os atos societários necessários para a celebração deste Contrato;

(iii) este Contrato foi regular e legalmente celebrado, de acordo com a Lei Aplicável, e constitui uma obrigação válida, eficaz e exeqüível dos Credores Subordinados de acordo com os seus termos;

(iv) a celebração deste Contrato, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização dos atos aqui contemplados não causam o vencimento antecipado de qualquer contrato ou acordo que vincule os Credores Subordinados;

(v) não há qualquer litígio, investigação ou processo perante qualquer banca de arbitragem, tribunal ou autoridade governamental que cause ou se espere razoavelmente que possa causar um efeito adverso relevante no cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;

(vi) as disposições aqui contempladas constituem um direito válido, eficaz e exeqüível contra os Credores Subordinados e oponível a quaisquer terceiros;

(vii) todas as Autorizações necessárias para autorizar quaisquer obrigações objeto do presente Contrato ou requeridas para a validade e exeqüibilidade deste Contrato foram obtidas ou cumpridas e se encontram em pleno vigor; e

(viii) o Anexo 1 contém a descrição das Dívidas Subordinadas existentes entre a Concessionária e os Credores Subordinados.



CLÁUSULA QUINTA  
DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Modificação das Obrigações. Cada Credor Subordinado concorda que, independentemente de notificação ou de sua ciência ou seu consentimento, (i) quaisquer demandas ou ações para pagamento de qualquer Obrigação poderão ser renunciadas, total ou parcialmente, e qualquer Obrigação poderá continuar, e qualquer Obrigação ou a responsabilidade da Concessionária, ou qualquer garantia, ou direito de compensação a esse respeito, poderá, de tempos em tempos, total ou parcialmente, ser renovado, estendido, modificado, aumentado, acelerado, comprometido, renunciado, entregue, trocado ou desvinculado, (ii) qualquer Obrigação e qualquer documento ou instrumento regendo os termos de tais Obrigações ou quaisquer documentos de garantia ou outros documentos em relação a tais Obrigações poderão ser aditados, modificados, complementados ou rescindidos, total ou parcialmente, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento, e qualquer garantia a qualquer tempo mantida pelos Credores Seniores poderá ser vendida, renunciada, entregue, trocada ou desvinculada, e (iii) os Credores Seniores poderão negociar livremente com a Concessionária sem notificação, ciência ou consentimento adicional pelos Credores Subordinados, os quais permanecerão vinculados conforme as disposições deste Contrato e sem afetar, restringir, ou desvincular a subordinação neste instrumento disposta, não obstante qualquer renovação, extensão, aumento, modificação, aceleração, comprometimento, aditamento, complementação, rescisão, venda, troca, renúncia, entrega, reposição, desvinculação, ação ou falha em agir. Cada um dos Credores Subordinados renuncia a qualquer e toda criação, modificação, renovação, extensão, aumento, reposição ou provisão de qualquer Obrigação perante os Credores Seniores e concorda que tais medidas não afetarão os termos deste Contrato.

5.2. Reintegração. Caso qualquer pagamento aos Credores Seniores pela Concessionária seja retido para constituir preferência ou garantia ou, ainda, seja considerado uma transferência anulável de acordo com a Lei Aplicável, ou se, por qualquer outra razão, os Credores Seniores forem demandados a restituir tal valor a Concessionária ou a qualquer outra pessoa, tais pagamentos aos Credores Seniores não deverão constituir uma desvinculação dos Credores Subordinados de qualquer de suas obrigações e responsabilidades aqui descritas, e os Credores Subordinados concordam e reconhecem que este Contrato deverá continuar a produzir efeitos entre as Partes.

5.3. Ciência da Constituição de Garantia. Os Credores Subordinados, neste ato, declaram-se cientes e concordam com [DESCRIÇÃO DOS CONTRATOS DE GARANTIA CELEBRADOS NOS TERMOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE DEVERÃO TER O RECONHECIMENTO EXPRESSO DOS CREDITORES SUBORDINADOS], assim como a constituição de garantia e cessão, em favor dos Credores Seniores, quem eles indiquem ou os representem, dos direitos da Concessionária na Escritura de Emissão.

5.4. Comunicações. Todas as comunicações e notificações a serem fornecidas com base nas disposições deste Contrato deverão ser (i) feitas por escrito e (ii) enviadas tanto por fac-símile, como pelo correio, para os endereços constantes abaixo, ou para qualquer outro endereço que a Parte em questão fornecer às demais Partes mediante aviso.

**Para os Credores Seniores:**

[•]

[endereço]

Tel.: [•]

Fax: [•]

At.: [•]

E-mail: [•]

**Para os Credores Subordinados:**

[•]

[endereço]

Tel.: [•]

Fax: [•]

At.: [•]

E-mail: [•]

**Para os Intervenientes Garantidores:**

**Companhia de Concessões Rodoviárias**

Rua Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia

CEP 04551-065 –São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3048-5921

Fax: (+55 11) 3048-5911

At.: Arthur Piotto Filho

E-mail: [arthur.piotto@grupoccr.com.br](mailto:arthur.piotto@grupoccr.com.br)

**Encalso Construções Ltda.**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 43

CEP 01076-900 –São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 2171-8900

Fax: (+55 11) 2171-8900

At.: Vandersi Lazaro Marim

E-mail: [encalso.sp@encalso.com.br](mailto:encalso.sp@encalso.com.br)

**Para a Concessionária:**

**Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.**

Avenida Marcos Penteado Ulhôa Rodrigues, nº 690, 1º andar, Sala 11

CEP 06460-040 - Barueri - São Paulo

Tel.: (+55 11) 4136-6003

Fax: (+55 11) 4136-6121

At.: José Braz Cioffi

c/c: João Daniel Marques da Silva

E-mail: [jose.braz@grupoccr.com.br](mailto:jose.braz@grupoccr.com.br) com cópia para [joao.daniel@grupoccr.com.br](mailto:joao.daniel@grupoccr.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 - 10º andar

CEP 04538-132 - São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 2172-2628

Fax: (+55 11) 3078-7264

At.: Viviane Rodrigues

E-mail: [vrodrigues@plannercorretora.com.br](mailto:vrodrigues@plannercorretora.com.br)

5.5. Não Exercício de Direitos. O não exercício ou a demora no exercício de quaisquer direitos decorrentes deste Contrato, do Contrato de Financiamento ou de quaisquer dos demais Documentos de Financiamento, diante da ocorrência de qualquer inadimplemento da Concessionária e/ou dos Credores Subordinados com relação, conforme o caso, a este Contrato, ao Contrato de Financiamento ou a quaisquer dos demais Documentos de Financiamento, não impedirá o exercício de tal direito ou do respectivo direito de ação e não constituirá renúncia, novação ou concordância com esse inadimplemento ou com outro que venha a ocorrer posteriormente pela Concessionária ou pelos Credores Subordinados. Nenhum direito dos Credores Seniores para executar a subordinação, conforme disposta neste Contrato, deverá a qualquer tempo e de qualquer forma ser prejudicado ou afetado por qualquer ato ou falha em agir por parte da Concessionária ou por qualquer ato ou falha em agir, de boa-fé, de qualquer Credor Subordinado, ou por qualquer inadimplemento da Concessionária ou dos Credores Subordinados com os termos deste Contrato, do Contrato de Financiamento ou de quaisquer dos demais Documentos de Financiamento.

5.6. Obrigações Não Prejudicadas. Nenhuma das restrições contidas neste Contrato, ou a falta de recursos para pagamento das Dívidas Subordinadas poderá de qualquer forma prejudicar ou reduzir as Obrigações da Concessionária de efetuar os pagamentos em favor dos Credores Seniores, na data de vencimento, de acordo com o Contrato de Financiamento. Não obstante as obrigações previstas neste Contrato, as Obrigações não serão alteradas, limitadas ou restritas, de qualquer forma. As disposições deste Contrato prevalecerão não obstante qualquer outra disposição em contrário na Escritura de Emissão e nos Documentos de Financiamento.

5.7. Autonomia das Disposições. Nas hipóteses de qualquer disposição deste Contrato ser considerada inválida ou inexecutável, ela não afetará as demais disposições aqui contidas, que permanecerão válidas e em pleno vigor, exceto se for demonstrado

que as demais disposições não teriam sido estabelecidas pelas Partes sem a existência das disposições afetadas. Na hipótese de referida inexecutabilidade ou invalidade, as Partes deverão firmar aditivo contratual de forma a proporcionar os mesmos direitos e garantias às Partes.

5.9. Renúncias e Alterações. Todas e quaisquer renúncias, alterações ou modificações das disposições aqui contidas somente serão válidas se tiverem a forma escrita e forem assinadas por todas as Partes.

5.10. Registro. A Concessionária deverá, às suas expensas, registrar este Contrato nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes no prazo de 20 (vinte) dias da data de assinatura deste Contrato.

5.11. Cessão pela Concessionária e pelos Intervenientes Garantidores. Os Intervenientes Garantidores e a Concessionária não poderão ceder ou transferir qualquer dos seus direitos ou obrigações decorrentes, ou posição jurídica ocupada nos termos deste Contrato, sem a autorização prévia, expressa e por escrito dos Credores Seniores.

5.12. Cessão pelos Credores Subordinados. Os Credores Subordinados poderão ceder ou transferir total ou parcialmente os seus créditos decorrentes das Dívidas Subordinadas, inclusive por meio de negociação das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão, apenas para empresas que façam parte do grupo econômico do Banco Bradesco S.A., que compreende, para fins deste Contrato, além do próprio Banco Bradesco S.A., todas as suas controladas e coligadas ou sociedade de controle comum, além dos fundos de investimento administrados por tais empresas ("Grupo Bradesco"). Como condição para a realização de qualquer cessão, transferência, o Debenturista que pretender alienar, transferir ou ceder sua(s) Debênture(s) deverá exigir do(s) cessionário(s) a assinatura do Termo de Adesão constante do Anexo 3 deste Contrato, por meio do qual o(s) cessionário(s) assumirá(ão) as obrigações relativas à subordinação de seus créditos, originalmente assumidas pelo Debenturista que ceder, transferir ou negociar suas Debêntures, passando o(s) novo(s) Debenturista(s) a ser parte deste Contrato para todos os fins de direito. Todos e quaisquer Termos de Adesão assinados deverão ser encaminhados pelos Credores Subordinados ao Agente Fiduciário que, após recebimento, terá 10 (dez) dias úteis para enviá-los aos Credores Seniores.

5.13. Cessão pelos Credores Seniores. Os Credores Seniores poderão ceder ou transferir quaisquer dos seus direitos ou obrigações decorrentes, ou posição jurídica ocupada nos termos deste Contrato, com a simples comunicação à Concessionária e aos Credores Subordinados.

5.14. Sucessores. Este Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e por seus sucessores permitidos a qualquer título (incluindo, em relação aos Credores Seniores, qualquer sucessor em virtude de cessão parcial ou

total do crédito devido por eles em relação à Concessionária, em consonância com o disposto no Contrato de Financiamento).

5.15. Operação Internacional. O presente Contrato constitui garantia do Financiamento, que é uma operação internacional, de tal forma que as obrigações de pagamento dos Credores Subordinados ou da Concessionária, nos termos do presente Contrato e dos Documentos de Financiamento, deverão ser quitadas nas moedas especificadas nesses documentos.

5.16.1. Conversões. Se, com o fim de obter decisão em qualquer tribunal, fizer-se necessário converter um valor devido nos termos do presente Contrato ou dos Documentos de Financiamento para outra moeda, a taxa de câmbio a ser aplicada será aquela à qual, em conformidade com procedimentos bancários normais, os Credores Seniores poderiam comprar a moeda especificada com a outra moeda, no Dia Útil imediatamente anterior ao dia no qual tiver sido proferida a decisão.

5.16.2. A obrigação da Concessionária ou dos Credores Subordinados em relação a qualquer valor por eles devido aos Credores Seniores, nos termos do presente Contrato, não obstante a taxa de câmbio efetivamente utilizada no proferimento de tal decisão, somente será quitada na medida em que no Dia Útil subsequente ao recebimento pelos Credores Seniores de qualquer valor que se determinou ser devido aos Credores Seniores, na outra moeda, possa, em conformidade com procedimentos bancários normais, ser comprado e transferido aos Credores Seniores na moeda especificada; devendo a Concessionária ou os Credores Subordinados, como obrigação separada, indenizar os Credores Seniores, na moeda especificada, por qualquer diferença entre o valor originalmente devido aos Credores Seniores, na moeda especificada, e o valor resultante da compra da moeda especificada.

5.17. Novação. O presente Contrato não constitui novação, tampouco modifica quaisquer obrigações da Concessionária e dos Intervenientes Garantidores para com os Credores Seniores nos termos de qualquer contrato entre eles celebrados.

5.18. Execução Específica. Para fins deste Contrato, os Credores Seniores poderão buscar execução específica das obrigações aqui assumidas pela Concessionária e pelos Credores Seniores, na forma prevista nos artigos 461, 466-A, 466-B, 621, 632, 642 e 643 do Código de Processo Civil Brasileiro.

5.20. Vigência. Este Contrato permanecerá em vigor até a Data de Quitação. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula, as Cláusulas 5.11 (Custos, Tributos e Despesas), 5.15 (Prerrogativas e Imunidades dos Credores Seniores), 5.16 (Operação Internacional), 5.18 (Execução Específica) e 5.21 (Lei de Regência e Jurisdição) deste Contrato deverão permanecer em vigor após a Data de Quitação.

5.21. Lei de Regência e Jurisdição. Este Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. As Partes designam o Foro da Comarca de [•], Estado de [•], para resolver qualquer controvérsia decorrente do presente Contrato.

Nenhuma disposição contida nesta Cláusula restringe, e a Concessionária e os Credores Subordinados concordam com, o direito dos Credores Seniores de (i) propor ações judiciais contra as demais Partes fundadas neste Contrato na Suprema Corte do Estado de Nova Iorque, situada no Distrito de Manhattan ou em qualquer Corte Distrital dos Estados Unidos do Distrito do Sul de Nova Iorque e em qualquer tribunal de apelação dos tribunais mencionados anteriormente ou perante qualquer juízo onde as demais Partes ou qualquer um dos seus bens se encontrarem, (ii) executar qualquer decisão ou julgamento contra a Concessionária e os Credores Subordinados, em qualquer jurisdição, e (iii) promover qualquer medida de natureza cautelar, bem como notificação judicial, em qualquer jurisdição.

Este Contrato é firmado por cada uma das Partes em [•] ([•]) vias, de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

**[CREDITORES SENIORES]**

---

Nome:

Cargo:

**[CREDITORES SUBORDINADOS]**

---

Nome:

Cargo:

**COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

---

Nome:

Cargo:

**ENCALSO CONTRUÇÕES LTDA.**

---

Nome:

Cargo:

**CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
LTDA.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

Identidade:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

Identidade:

ANEXO 1  
DESCRIÇÃO DAS DÍVIDAS SUBORDINADAS

[•]



ANEXO 2  
DESCRIÇÃO DAS DÍVIDAS PRINCIPAIS

[•]

ANEXO 3  
MODELO DE TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO

Pelo presente instrumento, [nome do cessionário], [qualificação], na qualidade de cessionário de [●] debêntures emitidas pela Companhia do Rodoanel Oeste S.A. ("Companhia") por meio da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória em Duas Séries, para Distribuição Pública da Companhia ("Debêntures"), doravante denominado "Cessionário", vem por meio deste Termo de Adesão manifestar sua total e irrestrita concordância com todos os termos e condições estabelecidos no Contrato de Subordinação celebrado entre [Credores Seniores], [Credores Subordinados], [Intervenientes Garantidores], a Companhia e o [Agente Fiduciário] em [data], assim como de todos os seus aditamentos celebrados até a presente data ("Contrato de Subordinação"), cujo teor declaro conhecer na íntegra, responsabilizando-me e obrigando-me a cumprir com todos os termos do Contrato de Subordinação, principalmente com as obrigações impostas por tal Contrato aos Credores Subordinados, inclusive a obrigação de exigir a assinatura de termo de adesão, nos moldes do Anexo 3 do Contrato de Subordinação, daqueles para os quais eventualmente venha a ceder ou transferir as Debêntures detidas por mim.

[local e data]

\_\_\_\_\_  
[nome]